

## DIREITO CONSTITUCIONAL

1 – De acordo com o Art. 34 da CF/88, a União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para:

- A) manter a integridade nacional;
- B) repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra;
- C) pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;
- D) garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;
- E) todas as respostas anteriores.

2 – Assinale a resposta correta:

- A) São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.
- B) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, cinco por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- C) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral.
- D) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- E) todas as respostas anteriores.

3 – No que atine à competência dos tribunais, é incorreto dizer que compete privativamente aos tribunais:

- A) eleger seus órgãos diretivos e elaborar seus regimentos internos, com observância das normas de processo e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos

respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

- B) organizar suas secretarias e serviços auxiliares e os dos juízos que lhes forem vinculados, velando pelo exercício da atividade correicional respectiva;
- C) prover, na forma prevista nesta Constituição, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição;
- D) propor a criação de novas varas judiciárias;
- E) prover, por concurso público de provas, ou de provas e títulos, obedecido o disposto no art. 169, parágrafo único, os cargos necessários à administração da Justiça, inclusive os de confiança assim definidos em lei.

4 – No que atine aos impostos dos Estados e do Distrito Federal, é válido afirmar que:

- A) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre transmissão causa mortis e doação, somente de bens móveis ou direitos.
- B) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, desde que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- C) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre propriedade de veículos automotores.
- D) Nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, desde que contribuinte do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.

E) – todas as respostas anteriores.

5 – Sobre a repartição de receitas tributárias, é válido afirmar que:

A) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

B) Pertencem aos Municípios o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem.

C) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

D) todos os itens anteriores são verdadeiros.

E) todos os itens anteriores são falsos.

6 – Sobre o Conselho Nacional de Justiça, podemos afirmar:

A) Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências.

B) É parte integrante do Poder Executivo, motivo pelo qual seus membros são

nomeados pelo Presidente da República.

C) O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitidas 2 (duas) reconduções.

D) um de seus membros é advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

E) nenhuma das anteriores.

## **DIREITO ADMINISTRATIVO**

7- Segundo a Súmula n.º 473 do STF, “A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

A regra contida na referida súmula decorre do seguinte princípio administrativo:

A) princípio da indisponibilidade do interesse público;

B) princípio da supremacia do interesse público;

C) princípio da moralidade;

D) princípio da autotutela;

E) princípio da eficiência.

8 - De modo geral, as empresas públicas e sociedades de economia mista:

A) Não gozam de privilégios fiscais não extensíveis ao setor privado.

B) Estão sujeitas ao regime de precatórios.

C) Devem ser criadas por lei.

D) Não precisam realizar procedimento licitatório.

E) Não estão sujeitas à fiscalização dos tribunais de contas.

9 - São entes da Administração Direta:

A) as organizações sociais;

- B) entidades vinculadas a determinado ministério da sua área de atuação;
- C) autarquias;
- D) fundações públicas;
- E) serviços integrados à estrutura administrativa da Presidência da República.

10 - Assinale a resposta correta a respeito dos poderes administrativos:

- A) O poder disciplinar não admite que se delegue ou avoque o exercício das suas atribuições.
- B) A fiscalização, pela pessoa jurídica de Direito Público, sobre uma sociedade de economia mista a ela vinculada, constitui manifestação do poder hierárquico.
- C) A imposição de multas de trânsito constitui exercício do poder hierárquico.
- D) A edição de leis ordinárias constitui exercício do poder regulamentar.
- E) A restrição, pela Administração Pública, ao gozo de liberdades individuais em favor do interesse da coletividade constitui exercício do poder de polícia.

11 - Assinale a alternativa correta relativamente à extinção dos atos administrativos:

- A) A revogação é um ato discricionário que opera efeitos *ex tunc*.
- B) A revogação do ato administrativo dependerá de ordem judicial.
- C) A anulação do ato administrativo deverá ocorrer segundo a conveniência e oportunidade da administração pública.
- D) Cassação é a extinção do ato administrativo por descumprimento da execução desse ato pelo seu beneficiário.
- E) A anulação retira do mundo jurídico atos com defeitos, produzindo efeitos *ex nunc*.

12 - A contratação de determinado grupo musical consagrado pela mídia local para festividades públicas em determinado

município deverá ocorrer mediante:

- A) inexigibilidade de licitação em razão de expressa previsão legal;
- B) dispensa de licitação desde que se reconheça a excepcionalidade da situação;
- C) convite;
- D) concurso;
- E) tomada de preços.

## DIREITO CIVIL

13 – Sobre a Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942), indique a única alternativa **correta**:

- A) A Constituição Federal de 1988 (artigo 59, parágrafo único) recepcionou-a como lei complementar.
- B) Tem conteúdo metanormativo, pois contém normas que estabelecem o modo pelo qual outras normas devem ser aplicadas.
- C) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a própria consciência.
- D) Por força da garantia do direito adquirido, os contratos instantâneos com efeitos jurídicos exauridos estão salvaguardados diante de inovação legislativa superveniente.
- E) O período de *vacatio legis* de uma lei não pode exceder o prazo de um ano.

14 – Sobre a prescrição, assinale a única alternativa **correta**:

- A) A prescrição pode atingir as pretensões meramente declaratórias e constitutivas.
- B) A prescrição promove a extinção da obrigação.
- C) A prescrição promove a extinção da exigibilidade obrigação.
- D) A prescrição promove a suspensão da exigibilidade obrigação.

E) A prescrição não atinge as pretensões da Fazenda Pública, em razão da indisponibilidade do interesse público.

15 – Sobre as associações, indique a única alternativa **correta**:

A) Em razão da ilicitude do seu objeto, as torcidas organizadas de clubes de futebol, por princípio, não podem formalizar a sua constituição como associação.

B) A presença de finalidade econômica consubstancia-se no único empecilho jurídico para que facções como Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital e Guardiões do Estado formalizem a sua constituição como associações.

C) A irregularidade da ocupação imobiliária impede que moradores de comunidades como Dendê e Graviola formalizem a constituição de associação para a promoção da defesa dos seus interesses.

D) Os estagiários da Procuradoria-Geral do Estado do Ceará não podem formalizar a constituição de associação para a promoção da defesa dos seus interesses em razão da precariedade da relação jurídica que os vincula à Administração Pública.

E) Não existe obstáculo jurídico para que um coletivo feminista formado por estudantes de curso superior da região Nordeste formalize a constituição de associação “destinada à realização de pesquisas e estudos de questões de gênero voltados para a ampliação da participação da mulher nos espaços públicos de poder”.

16 – Sobre a cláusula geral dos bons costumes no Código Civil de 2002, assinale a única alternativa **incorreta**:

A) Não está prevista do Código Civil de 2002 em razão da sua manifesta incompatibilidade com o Estado

Democrático de Direito inaugurado pela Constituição Federal de 1988 (ou seja, a eventual previsão de cláusula geral dos bons costumes é inconstitucional).

B) Consiste em parâmetro de interpretação da licitude de condição inserida em negócio jurídico (ou seja, são ilícitas as condições que contrariam os bons costumes).

C) Consiste em parâmetro de avaliação da prática de ato ilícito na modalidade abuso de direito (ou seja, comete ato ilícito quem exerce um direito de forma manifestamente excedente dos limites impostos pelos bons costumes).

D) Consiste em parâmetro de avaliação da licitude de atos de disposição do próprio corpo (ou seja, salvo por exigência médica, proíbe-se o ato de disposição do próprio corpo quando contrariar os bons costumes).

E) Como cláusula geral, apresenta estrutura aberta, com termos de conteúdo normativo previamente indeterminado (ou seja, a construção do conteúdo normativo da cláusula geral dos bons costumes opera-se diante do caso concreto).

17 – Sobre o regime jurídico da responsabilidade civil, indique a única alternativa **correta**:

A) O dano existencial não é passível de compensação, por ausência de previsão legal.

B) Não se exige da vítima o dever jurídico de adotar medidas para diminuir as consequências dos danos sofridos, pois o sistema normativo brasileiro não adota o *duty to mitigate the loss* (“dever de mitigar a perda”).

C) O Estado do Ceará não responde pelos danos decorrentes de assédio moral praticado por juiz de direito contra os servidores lotados na secretaria da

unidade jurisdicional em que exerce as suas funções judicantes.

D) O dano extrapatrimonial ao projeto de vida comporta compensação.

E) O artigo 944, *caput*, do Código Civil, ao dispor que “a indenização mede-se pela extensão do dano”, impede que o arbitramento da compensação pelo dano moral leve em consideração as funções pedagógica e punitiva em relação ao causador do dano.

18 – Sobre os negócios jurídicos, indique a única alternativa **incorreta**:

A) A ignorância consiste em tipo de defeito que pode levar o negócio jurídico a ser anulado.

B) O temperamento do paciente consiste em elemento de análise da anulabilidade do negócio jurídico por coação.

C) existe direito adquirido a continuar a execução de negócio jurídico nulo, se assim convencionarem as partes.

D) As consequências jurídicas do silêncio, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa, podem ser adequadamente representadas pela expressão popular “quem cala, consente”.

E) Pode anular-se o negócio jurídico pelo defeito de lesão se uma pessoa, por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

## **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

19 - Acerca dos princípios do processo civil, assinale a alternativa errada:

A) Pelo princípio do acesso à justiça, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

B) O princípio do devido processo legal não possui previsão constitucional expressa.

C) Todos os julgamentos dos órgãos do

Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.

D) O princípio do contraditório tem como desdobramento a vedação à decisão surpresa, ou seja, a impossibilidade de o juiz decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

E) o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.

20 - Acerca da função jurisdicional e dos sujeitos do processo, assinale a alternativa correta:

A) Se o Estado-membro for réu, será competente para processar a demanda apenas o foro da capital.

B) O Estado-membro é representado em juízo pelo Governador do Estado.

C) Nas causas em que o Estado-membro for vencido, não cabe a condenação em honorários advocatícios.

D) O advogado não tem direito a examinar autos de processo no qual não atue, salvo se lhe for outorgada a respectiva procuração.

E) O Estado-membro goza de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal.

21 - Acerca da petição inicial e da contestação, assinale a alternativa correta:

A) A petição inicial não precisará indicar o valor da causa.

B) Caso a petição inicial não apresente a opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou mediação, ela deverá ser de pronto indeferida pelo juiz.

C) A petição inicial não precisa ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.

D) No procedimento comum, o prazo para apresentação da contestação é de 10 dias.

E) Incumbe ao réu, antes de discutir o mérito, alegar a incompetência absoluta e relativa.

22 - Acerca da sentença e da coisa julgada, assinale a opção errada:

A) O juiz não resolverá o mérito quando homologar a transação.

B) São elementos da sentença o relatório, os fundamentos e o dispositivo.

C) Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador.

D) Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

E) não fazem coisa julgada a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.

23 - Acerca do cumprimento de sentença e do processo de execução, assinale a alternativa correta:

A) A sentença que reconhece a exigibilidade de pagar quantia certa é título executivo extrajudicial.

B) A nota promissória é título executivo judicial;

C) O cumprimento de sentença de pagar quantia far-se-á a requerimento do

exequente.

D) A impugnação ao cumprimento de sentença e os embargos à execução possuem efeito suspensivo automático.

E) O cumprimento de sentença de pagar quantia contra a Fazenda Pública prevê a possibilidade de penhora dos bens públicos dominicais.

24 - A sentença que julga procedente o feito e não condena o réu no pagamento de honorários advocatícios pode ser impugnada por:

A) Recurso extraordinário;

B) Agravo interno;

C) Reclamação;

D) embargos de declaração;

E) recurso ordinário.

## **DIREITO TRIBUTÁRIO**

25 – Assinale a opção correta acerca do princípio da Legalidade Tributária:

A) Conforme dispõe o artigo 97 do Código Tributário Nacional, somente a lei tributária pode atualizar monetariamente a base de cálculo do tributo.

B) É facultado ao Poder Executivo, nas condições e limites estabelecidos em lei, alterar as alíquotas e as bases de cálculo do Imposto de Importação de Produtos Estrangeiros, Imposto sobre a Exportação, Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguros.

C) Segundo a Constituição federal de 1988, é vedado o uso de medidas provisórias para instituir ou majorar impostos, por violar o princípio da legalidade tributária.

D) Os impostos residuais, de acordo com o previsto no artigo 154, inciso I, da Constituição Federal de 1988, somente poderão ser instituídos pela União mediante lei complementar.

E) As obrigações acessórias, bem como as multas pelo seu descumprimento, somente podem ser estabelecidas por lei, conforme dispõe o parágrafo segundo do artigo 113 do Código Tributário Nacional.

26 - No que se refere aos impostos previstos no nosso ordenamento jurídico, é correto afirmar:

A) Ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. Serão da competência da União, em Território Federal, em qualquer hipótese, os impostos estaduais e municipais.

B) Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e Intermunicipal e de comunicação; sobre propriedade de veículos automotores; e sobre transmissão, *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.

C) O produto da arrecadação do imposto sobre rendas e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, pertence à União, ainda que recaia sobre rendimentos pagos pelo estado.

D) Os impostos são tributos vinculados a uma atividade estatal específica.

E) Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal, facultada à Administração tributária identificar o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

27 – Sobre as limitações constitucionais ao Poder de Tributar é correto dizer:

A) É vedado instituir tributo sobre os templos de qualquer culto.

B) A União, os estados, o Distrito Federal e os municípios poderão instituir taxas, em contraprestação à prestação de serviços públicos, uns dos outros.

C) A imunidade tributária conferida aos templos de qualquer culto religioso se aplica aos templos evangélicos, aos centros espíritas e de outros cultos religiosos, bem como aos imóveis de propriedade de instituições religiosas, mas não incluem os cemitérios por elas mantidos ou as lojas maçônicas.

D) A imunidade Tributária recíproca, pertencente aos entes federativos, não se estende às empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas.

E) Pelo princípio da imunidade recíproca, é vedado ao estado instituir impostos sobre o patrimônio de sociedade de economia mista que, instalada no território estadual, explore atividade econômica.

28 – Constituem modalidades de suspensão de exigibilidade, exclusão e extinção do crédito tributário, respectivamente:

A) A remissão, a anistia e o pagamento;

B) A moratória, a conversão do depósito em renda, a anistia;

C) A moratória, a isenção, a anistia;

D) O parcelamento, a anistia, a remissão;

E) O parcelamento, a remissão, a anistia.

29 – De acordo com o estipulado no Código Tributário Nacional é INCORRETO afirmar:

A) Salvo disposição de lei em contrário, a responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

B) A lei pode atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou

atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

C) A responsabilidade por infrações é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que acompanhada, quando for o caso, do tributo devido, sendo dispensado o pagamento de multa e juros moratórios.

D) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

E) Os créditos Tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuição de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

30 – No que se refere à constituição do crédito tributário é INCORRETO AFIRMAR:

A) O lançamento por homologação consiste no ato do contribuinte que, antecipando-se à ação do Fisco, recolhe o tributo devido, sem necessidade de confirmação posterior por parte da administração tributária.

B) A modificação introduzida nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

C) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos

de fiscalização, ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, exceto, neste último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

D) Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial.

E) No lançamento por homologação, se a lei não fixar o prazo para a homologação, este será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador. Após expirado tal prazo sem que a Fazenda Pública tenha se pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito tributário, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.